

Concessionária

ViaRio S.A.

**Demonstrações Financeiras
Referentes ao Exercício Findo
em 31 de dezembro de 2018 e
Relatório dos Auditores Independentes
sobre as Demonstrações Financeiras**

Concessionária ViaRio S.A.

Demonstrações financeiras

em 31 de dezembro de 2018

Conteúdo

Relatório da Administração	3 - 8
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	9-13
Balanço patrimonial	14
Demonstração do resultado	15
Demonstração do resultado abrangente	16
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	17
Demonstração dos fluxos de caixa – método indireto	18
Notas explicativas às demonstrações financeiras	19 - 47

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Sobre a Companhia

1.1. Aos Acionistas

Apresentamos a seguir, o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras da Concessionária ViaRio S.A. (“ViaRio” ou “Companhia”), referente ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2018, acompanhados do Relatório dos auditores independentes.

1.2. Apresentação

Contrato de Concessão

A Companhia foi criada em 20 de abril de 2012 quando da assinatura do Contrato de Concessão com a Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro (“PCRJ” ou “Poder Concedente”). Este contrato tem como objeto a concessão do serviço público de implantação, operação, manutenção, monitoração, conservação e realização de melhorias no trecho de 13 km da Via Expressa Corredor Presidente Tancredo Neves (“Ligação Transolímpica” ou “Via”), ligando a Barra da Tijuca a Deodoro, na cidade do Rio de Janeiro, sendo remunerada através da cobrança de pedágio. O prazo da Concessão é de 35 (trinta e cinco) anos contados a partir da data de assinatura do Contrato de Concessão, ou seja, 2047.

Para a execução das obras e serviços necessários à implantação da Ligação Transolímpica, foi previsto no Contrato de Concessão repasse de recursos financeiros pelo Poder Concedente à Companhia (“Subsídio”), autorizado por lei municipal.

Perfil da Concessionária

A Companhia é uma via urbana expressa com extensão total de 13 km, dos quais aproximadamente 1,6 km em túneis, e com 38 pontes e viadutos, além de praças de pedágio, sendo uma no seu eixo principal e outras duas nas alças de acesso e saída da Estrada do Rio Grande.

A via é composta por três faixas de rolamento em cada sentido, duas faixas de rolamento para automóveis, motos, ônibus e caminhões e uma terceira faixa exclusiva para o sistema BRT (Transporte Rápido por Ônibus – na sigla em inglês). A operação dos BRTs (isento de cobrança de pedágio) e administração das estações é de total responsabilidade das empresas de ônibus, sendo responsabilidade da Companhia apenas a manutenção das pistas para a passagem dos BRTs e o socorro médico e mecânico.

A Companhia é operada a partir de um prédio, localizado na Estrada do Catonho, onde funciona sua estrutura corporativa e o Centro de Controle Operacional (CCO), garantindo mais segurança aos seus usuários.

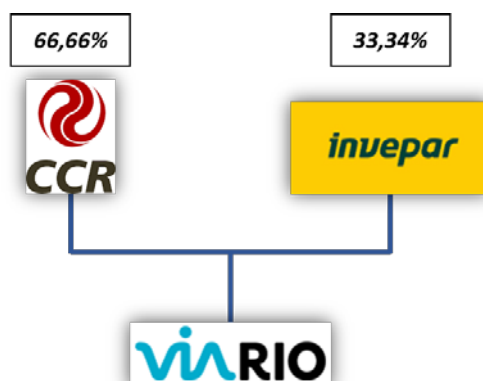
O início da operação comercial da Companhia foi em 29 de agosto de 2016.

No dia 15 de fevereiro de 2018, a Companhia iniciou a cobrança do pedágio nas cabines das alças de acesso na Estrada do Rio Grande, em Boiuna, Jacarepaguá.

Os moradores da região que residem dentro de um raio de 2 km da praça de pedágio são isentos do pagamento do pedágio da Estrada do Rio Grande. Para se obter o benefício, é preciso a realização do cadastramento no site www.viario.com.br.

Composição Acionária

Em 31 de dezembro de 2018, a composição acionária da Companhia era a seguinte:



1.3. Destaques

Operação: Em outubro, houve uma readequação da praça de pedágio principal que gerou um aumento de capacidade de 20% nas cabines manuais com impacto direto na diminuição do tempo de fila na praça, melhoria da fluidez da via e aumento da atratividade do negócio.

Comunicação: Realização de um plano de comunicação estruturado para tornar a via conhecida e, conseqüentemente, aumentar o volume de tráfego. A campanha teve foco a divulgação dos atributos: Tempo e Segurança.

Eficiência: A Companhia reavaliou sua estrutura e processos para aumentar a eficiência da empresa e reduzir seus custos e despesas.

2. Estratégia de Gestão

2.1. Governança Corporativa

Estrutura do Conselho e Diretoria

Membros do Conselho da Administração	Membros da Diretoria	
Sami Farah Junior	João Daniel Marques da Silva	Diretor Presidente
João Daniel Marques da Silva	Flavio da Costa Vaz	Diretor Adm. Financeiro
Guilherme Motta Gomes		
Josiane Carvalho de Almeida		
André Luiz Araujo Silva		

Políticas de Compliance

A Companhia implantou em 2015 seu Código de Ética e Conduta (“Código”), que estabelece diretrizes e parâmetros de conduta ética dos seus integrantes, bem como das relações da Companhia com agentes públicos, privados, fornecedores, concorrentes e com a sociedade como um todo. Todos os administradores, empregados, prestadores de serviços e fornecedores da Companhia possuem ciência dos termos do Código, que também pode ser acessado livremente no website da Companhia.

Além disso, a Companhia implementou seus Canais de Denúncias, que consistem em uma linha de telefone (0800-741-0000) e um endereço eletrônico acessível através de ícone no website da Companhia (<https://www.canalconfidencial.com.br/viario/>). Todas as informações recebidas através dos canais de denúncia são captadas e geridas por empresa terceirizada especializada, garantindo-se o sigilo e a imparcialidade no tratamento das informações e, ainda, a opção do denunciante de permanecer anônimo.

2.2. Gestão de Pessoas

Treinamentos

Com o objetivo de facilitar a integração dos novos colaboradores contratados, a Companhia possui o “Projeto Integração”, garantindo que o novo colaborador tenha conhecimento das Políticas, Diretrizes, Normas, Procedimentos, Código de Ética, Organograma e de outros Instrumentos Institucionais que contenham a Filosofia, as Crenças e os Valores da Companhia, bem como as Normas de Saúde Organizacional, Segurança do Trabalho, Comunicação e Sustentabilidade. No ano de 2018 foram realizadas 67 horas de treinamentos visando esta qualificação. Ainda em 2018 foram realizadas 418 horas de treinamentos técnicos voltados a capacitação nos sistemas operacionais e administrativos da Concessionária, totalizando 485 horas de treinamento.

Oportunidades Internas

A Companhia busca priorizar o recrutamento interno de colaboradores e 8 colaboradores tiveram a oportunidade de mudar de função neste ano.

Jovem Aprendiz

Além de garantir o cumprimento das exigências legais, a Companhia considera importante dar a primeira oportunidade de trabalho aos jovens. Através do Programa “Jovem Aprendiz”, a Companhia contribui no desenvolvimento destes futuros profissionais no aprendizado das atividades da Companhia, e os preparando para o mercado de trabalho, além de estimulá-los na continuidade de sua formação acadêmica.

Pessoas com deficiências (PCD)

Além de garantir o cumprimento das exigências legais, a Companhia considera importante quebrar barreiras e paradigmas realizando a inclusão social de pessoas portadoras de necessidades especiais.

A quantidade de colaboradores próprios e terceirizados em dezembro de 2018 foi de 190 e 125, respectivamente.

3. Desempenho Econômico e Financeiro

3.1. Receita operacional

Faturamento (R\$ mil)	2018	2017	Δ (R\$)	Δ (%)
Receitas de pedágio	136.568	103.730	32.838	32%
Receitas de construção (ICPC 01)	1.357	23.954	-22.597	-94%
Receitas acessórias	55	49	6	12%
Receita bruta	137.980	127.733	10.247	8%
(-) Impostos sobre receitas	-11.887	-9.000	-2.887	32%
(-) Devoluções e abatimentos	-178	-187	9	-5%
(-) Deduções das receitas brutas	-12.065	-9.187	-2.878	31%
Receita líquida	125.915	118.546	7.369	6%

O valor total de receita bruta no ano de 2018 foi de R\$ 137,9 milhões, sendo que R\$ 136,6 milhões são oriundos do faturamento de receitas de pedágio, uma variação positiva de 32% quando comparado aos R\$ 103,7 milhões do exercício de 2017. Esse aumento se justifica com a abertura das alças no dia 15 de fevereiro de 2018, somando-se a isso o constante crescimento do tráfego na Via e o reajuste da tarifa de pedágio. Em 2018 passaram pela praça de pedágio principal um total de 18,8 milhões de Veículo Equivalente Pedagiado (VEP).

3.2. Custos e despesas

Custos e Despesas (R\$ mil)	2018	2017	Δ (R\$)	Δ (%)
Serviços de terceiros	-13.186	-14.476	1.290	-9%
Custo com Pessoal	-19.421	-22.897	3.476	-15%
Materiais Equipamentos e Veículos	-1.443	-1.335	-108	8%
Outros	-7.069	-6.998	-71	1%
Total	-41.119	-45.706	4.587	-10%

Ao final de 2018, os custos e despesas da Companhia totalizaram o montante de R\$ 41,1 milhões, uma redução de R\$ 4,6 milhões quando comparados a 2017. Essa variação de 10% deu-se principalmente pelo projeto de reestruturação dos processos da Companhia.

3.3. Resultado Financeiro

Resultado Financeiro (R\$ mil)	2018	2017	Δ (R\$)	Δ (%)
Despesas Financeiras	-86.225	-148.563	62.338	-42%
Juros sobre debêntures e financiamentos	- 63.741	- 105.162	41.421	-39%
Juros e variações monetárias com partes relacionadas	- 22.044	- 44.518	22.474	-50%
Ajuste a valor presente da provisão de manutenção	- 212	- 38	-174	458%
Capitalização de custo dos empréstimos	375	1.790	-1.415	-79%
Outras despesas financeiras	- 603	- 635	32	-5%
Receitas Financeiras	1.966	47.235	-45.269	-96%
Juros e variações monetárias com partes relacionadas	-	46.520	-46.520	-100%
Rendimento sobre aplicações financeiras	1.930	358	1.572	439%
Variações Cambiais s/Fornecedores estrangeiros	-	3	-3	-100%
Juros e outras receitas financeiras	36	354	-318	-90%
Resultado Financeiro Líquido	-84.259	-101.328	17.069	-17%

A Companhia finalizou o exercício de 2018 com um resultado financeiro de R\$ 84,2 milhões negativos, resultado este por conta principalmente dos juros sobre debêntures e financiamentos.

Quando comparados ao exercício anterior, temos uma redução dos juros devido a captação do financiamento de longo prazo com melhores taxas, em fevereiro de 2018.

3.4. Endividamento

Em 31 de dezembro de 2018, a dívida bruta da Companhia foi de R\$ 628,3 milhões, resultado do empréstimo de longo prazo captado pela companhia com a 7ª emissão de debêntures no valor de R\$ 620 milhões em fevereiro de 2018, dívida estruturada junto aos bancos. A expectativa da Companhia é quitar esta dívida com pagamentos de principal mais juros semestrais com recursos da geração de caixa, até o vencimento em fevereiro de 2028.

Ao longo do ano de 2018 a Companhia firmou com seus acionistas contratos de mútuo no montante de R\$ 84,5 milhões, com vencimento em janeiro de 2034.

3.5. Investimentos

No ano de 2018 foram realizados R\$ 4,5 milhões em investimentos, destacando-se: automação do túnel, melhoria do revestimento vegetal dos taludes, implantação de melhoria e ampliação do sistema de drenagem da Via, melhoria e ampliação de contenções em cortes e aterros.

3.6. Dividendos propostos

Aos acionistas, conforme artigo 25 do Estatuto Social da Companhia, é distribuído a título de dividendos o lucro líquido de cada exercício, após a constituição das Reservas Legais e Estatutárias. Em 2018 não foi realizada distribuição de dividendos, dado que a Companhia obteve prejuízo no exercício.

4. Sustentabilidade

Pensando no bem-estar dos moradores do seu entorno e numa forma de minimizar os impactos gerados pela implantação da Via, a Companhia busca por meio de parcerias com institutos, a realização de ações sociais como uma forma de integração. No ano de 2018 foram realizadas as seguintes ações:

Cine em Cena: Cinema itinerante com a participação de 1.013 pessoas diretamente e 4.052 indiretamente.

Projeto BuZum: Realização do teatro de bonecos adaptado dentro de um ônibus com temáticas educativas para os alunos da rede pública.

Programa Caminhos para Cidadania: Educação no trânsito, cidadania e meio ambiente para alunos da rede pública de ensino. Em 2018 o programa atendeu a 2.524 alunos e 68 professores em diversas regiões do entorno.

Nosso Mundo Melhor “Voluntariado”: Essa campanha reuniu os colaboradores da Companhia para uma ação de voluntariado de reforma da brinquedoteca e biblioteca com material reciclado na associação dos conselheiros Tutelares do município do Rio de Janeiro.

5. Considerações finais

5.1. Auditores Independentes

Em nosso relacionamento com o Auditor Independente, buscamos avaliar o conflito de interesses com serviços não relacionados à auditoria da seguinte forma: o auditor não deve (a) auditar seu próprio trabalho, (b) exercer funções gerenciais e (c) promover nossos interesses.

As informações financeiras da Companhia, aqui apresentadas, estão de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e foram elaboradas a partir de demonstrações financeiras auditadas. As informações não financeiras, assim como outras informações operacionais, não foram objeto de auditoria por parte dos auditores independentes.

5.2. Cláusula Compromissória

A Companhia está vinculada à arbitragem na Câmara de Arbitragem do Mercado, conforme cláusula compromissória constante em seu estatuto social.

Rio de Janeiro, 28 de março de 2019.

A Administração



KPMG Auditores Independentes
Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105, 6º andar - Torre A
04711-904 - São Paulo/SP - Brasil
Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo/SP - Brasil
Telefone +55 (11) 3940-1500
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Concessionária ViaRio S.A.
Rio de Janeiro – RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Concessionária ViaRio S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Concessionária ViaRio S.A. em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

a) Redução ao valor recuperável (*impairment*) de ativos não financeiros relacionados à concessão

Conforme mencionado nas notas explicativas 2(h) e 11, a Companhia avaliou a existência de indicador de redução ao valor recuperável e, para o cálculo do valor recuperável, utilizou-se do método de fluxo de caixa descontado com base em projeções econômico-financeiras, que é baseado no orçamento aprovado pela Companhia, na data da avaliação até à data final do prazo de concessão, considerando taxas de descontos que refletem os riscos específicos relacionados à Companhia. Devido às incertezas inerentes ao processo de determinação das estimativas de fluxos caixa futuros e suas premissas para determinar a capacidade de recuperação de ativos, como a estimativa de tráfego/usuários do projeto de infraestrutura detido, aos índices que reajustam as tarifas, ao crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) e à respectiva elasticidade ao PIB do negócio, custos operacionais, inflação, investimento de capital e taxas de descontos, bem como à complexidade do processo, o qual requer um grau significativo de julgamento por parte da Companhia para determinação dessa estimativa contábil, consideramos esse assunto significativo para a nossa auditoria.

Como nossa auditoria endereçou esse assunto

Realizamos o entendimento do desenho dos controles internos chave relacionados com a preparação e revisão do plano de negócios, orçamentos e análises quanto ao valor recuperável disponibilizados pela Companhia. Com o auxílio de nossos especialistas em finanças corporativas, avaliamos as principais premissas e dados técnicos utilizados pela Companhia no cálculo de redução ao valor recuperável, comparamos as premissas utilizadas com os dados disponíveis no mercado e efetuamos análise de sensibilidade no que tange às premissas e metodologia utilizadas. Adicionalmente, consideramos também as divulgações nas demonstrações financeiras, em especial as relativas às premissas e julgamentos utilizados no teste do valor recuperável de seus ativos.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima sumarizados, consideramos que são aceitáveis as premissas e metodologias utilizadas pela Companhia no teste do valor recuperável dos ativos não financeiros relacionados à concessão, assim com as respectivas divulgações, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

b) Realização do imposto de renda e contribuição social diferidos

Conforme mencionado nas notas explicativas 2(l) e 8, a Companhia possui imposto de renda e contribuição social diferidos decorrentes de diferenças temporárias, prejuízos fiscais acumulados e base negativa da contribuição social. Tais saldos são reconhecidos na medida em que seja provável que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias, os prejuízos fiscais acumulados e a base negativa da contribuição social possam ser realizados. As estimativas dos lucros tributáveis futuros são preparadas pela Companhia com base em seu julgamento e suportadas em seu plano de negócios. Consideramos este assunto como significativo para a nossa auditoria, devido às incertezas e alto grau de julgamento inerente ao processo de determinação das estimativas dos lucros tributáveis futuros que se baseia em premissas que são afetadas por condições futuras esperadas da economia e do mercado, além de premissas de crescimento da receita decorrente de cada atividade operacional da Companhia, que podem ser impactados pelas reduções ou crescimentos econômicos, as taxas de inflação esperadas, a evolução demográfica, volume de tráfego, entre outras.



Como nossa auditoria endereçou esse assunto

Realizamos o entendimento do desenho dos controles internos chave relacionados com a preparação e revisão do plano de negócios, orçamentos e análises quanto ao valor recuperável disponibilizados pela Companhia. Com o auxílio de nossos especialistas em finanças corporativas, efetuamos o recálculo matemático das projeções dos lucros tributáveis futuros para a realização das diferenças temporárias, prejuízos fiscais acumulados e base negativa da contribuição social, avaliamos as principais premissas e dados técnicos utilizados pela Companhia na projeção de lucros tributáveis futuros, comparamos as premissas utilizadas com os dados disponíveis no mercado e efetuamos análise de sensibilidade no que tange às premissas e metodologia utilizadas. Consideramos também a adequação das divulgações nas notas explicativas nº 2(I) e 8, em especial em relação ao prazo estimado para utilização do crédito tributário registrado decorrente de prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social. Adicionalmente, consideramos também as divulgações nas demonstrações financeiras.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima sumarizados, consideramos aceitáveis as premissas e metodologias utilizadas pela Companhia na determinação do lucro tributável futuro e valor do imposto de renda e contribuição social diferidos, assim como as respectivas divulgações, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que a Administração determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.



Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.




Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro, 28 de março de 2019

KPMG Auditores Independentes
CRC SP014428/O-6



Fernanda A. Tessari da Silva
Contadora CRC 1SP-252905/O-6

CONCESSIONÁRIA VIARIO S.A.

Balço patrimonial em 31 de dezembro de 2018

(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	2018	2017	Passivo	Nota	2018	2017
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	6	10.733	1.595	Debêntures	13	26.658	471.182
Aplicações financeiras	6	50.390	7.841	Financiamentos	12	-	207.739
Contas a receber	7	5.108	4.637	Fornecedores		2.280	2.411
Imposto de renda e contribuição social		-	1.588	Contas a pagar - partes relacionadas	9	361	108
Outros tributos a recuperar		369	558	Impostos e contribuições a recolher		1.419	3.227
Seguros a apropriar		594	717	Obrigações sociais e trabalhistas		3.649	4.315
Encargos financeiros a apropriar		-	2.331	Outras contas a pagar		452	58
Despesas antecipadas e outros		472	346				
Adiantamento a fornecedores		164	206	Total do passivo circulante		34.819	689.040
Total do ativo circulante		67.830	19.819	Não circulante			
Não circulante				Debêntures	13	601.669	-
Realizável a longo prazo				Mútuos - partes relacionadas	9	265.239	161.760
Conta Reserva		13	-	Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e previdenciários	14	69	97
Impostos diferidos	8b	78.077	67.780	Impostos a recolher		7.473	4.316
Despesas antecipadas		2.817	1.623	Provisão de manutenção	15	3.432	882
		80.907	69.403	Outras contas a pagar		39	57
				Total do passivo não circulante		877.921	167.112
Imobilizado	10	34.524	36.344	Patrimônio líquido			
Intangível	11	855.147	880.571	Capital social	16a	283.191	283.191
Intangível em construção	11	3.685	-	Prejuízos acumulados		(153.838)	(133.206)
Total do ativo não circulante		974.263	986.318			129.353	149.985
Total do ativo		1.042.093	1.006.137	Total do passivo e patrimônio líquido		1.042.093	1.006.137

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CONCESSIONÁRIA VIARIO S.A.

Demonstração do resultado

para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	2018	2017
Receita operacional líquida	17	125.915	118.546
Custos dos serviços prestados			
Custo de construção		(1.357)	(23.954)
Serviços		(7.709)	(9.505)
Depreciação e amortização	10 e 11	(27.969)	(25.696)
Custo com pessoal		(13.344)	(15.972)
Provisão de manutenção	15	(2.338)	(757)
Materiais, equipamentos e veículos		(1.157)	(1.022)
Outros		(5.484)	(5.755)
		<u>(59.358)</u>	<u>(82.661)</u>
Lucro bruto		66.557	35.885
Despesas operacionais			
Despesas com pessoal		(6.077)	(6.925)
Serviços de terceiros		(5.477)	(4.971)
Materiais, equipamentos e veículos		(286)	(313)
Depreciação e amortização	10 e 11	(539)	(487)
Água, luz, telefone, internet e gás		(692)	(239)
Provisão para perda esperada - Contas a receber		(4)	(2)
Outros		(889)	(1.002)
		<u>(13.964)</u>	<u>(13.939)</u>
Outros resultados operacionais		737	224
Resultado antes do resultado financeiro		53.330	22.170
Resultado financeiro	18	(84.259)	(101.328)
Prejuízo operacional antes do imposto de renda e da contribuição social		<u>(30.929)</u>	<u>(79.158)</u>
Imposto de renda e contribuição social - diferidos	8a	10.297	26.991
Prejuízo líquido do exercício		<u>(20.632)</u>	<u>(52.167)</u>
Prejuízo por ação - básico e diluído (em reais - R\$)	16b	<u>(0,0571)</u>	<u>(0,1443)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CONCESSIONÁRIA VIARIO S.A.

Demonstração do resultado abrangente

para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018

(Em milhares de Reais)

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Prejuízo líquido do exercício	(20.632)	(52.167)
Outros resultados abrangentes	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	<u>(20.632)</u>	<u>(52.167)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CONCESSIONÁRIA VIARIO S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018

(Em milhares de Reais)

	Capital social Integralizado	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2017	283.191	(81.039)	202.152
Prejuízo do exercício	-	(52.167)	(52.167)
Saldos em 31 de dezembro de 2017	283.191	(133.206)	149.985
Prejuízo do exercício	-	(20.632)	(20.632)
Saldos em 31 de dezembro de 2018	<u>283.191</u>	<u>(153.838)</u>	<u>129.353</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CONCESSIONÁRIA VIARIO S.A.

Demonstração dos fluxos de caixa - Método indireto para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018 (Em milhares de Reais)

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Prejuízo líquido do exercício	(20.632)	(52.167)
Ajustes por:		
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(10.297)	(26.991)
Depreciação e amortização	28.508	26.183
Juros sobre debêntures e financiamentos	63.741	105.162
Capitalização de custo de empréstimos	(375)	(1.790)
Constituição da provisão de manutenção	2.338	757
Ajuste a valor presente provisão de manutenção	212	38
Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e previdenciários	1	37
Provisão para perda esperada - contas a receber	3	2
Juros e variações monetárias com partes relacionadas	22.044	(2.002)
Atualização monetária s/riscos cíveis, trabalhistas e previdenciários	8	-
Variações Cambiais s/Fornecedores estrangeiros	-	(3)
	106.183	101.393
Variações nos ativos e passivos		
(Aumento) redução dos ativos		
Contas a receber	(474)	(1.553)
Tributos a recuperar	1.777	3.220
Despesas antecipadas e outros	1.134	(579)
Adiantamento a fornecedores	42	195
Aumento (redução) dos passivos		
Fornecedores	(131)	(5.117)
Contas a pagar - partes relacionadas	(2.902)	(64.248)
Impostos e contribuições a recolher	1.349	4.579
Liquidação de riscos cíveis, trabalhistas e previdenciários	(37)	-
Obrigações sociais e trabalhistas	(666)	(1.365)
Outras contas a pagar	376	(43)
	86.019	(15.685)
Caixa líquido proveniente (aplicado) das atividades operacionais	86.019	(15.685)
Fluxos de caixa das atividades de investimento		
Aquisição de ativo imobilizado	(3.240)	(2.727)
Aquisição de ativo intangível	(1.334)	(23.143)
Aplicações financeiras líquidas de resgate	(42.549)	(7.841)
	(47.123)	(33.711)
Caixa líquido usado nas atividades de investimentos	(47.123)	(33.711)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		
Aplicações na conta reserva	(13)	-
Financiamentos e debêntures:		
Captações	603.641	441.365
Pagamentos de principal	(598.419)	(400.000)
Pagamentos de juros	(119.557)	(33.366)
Mútuos com partes relacionadas:		
Captações	84.590	42.814
Pagamentos	-	(11.943)
	(29.758)	38.870
Caixa líquido (usado nas) provenientes de atividades de financiamento	(29.758)	38.870
Aumento/(Redução) do caixa e equivalentes de caixa	9.138	(10.526)
Demonstração do aumento/(redução) do caixa e equivalentes de caixa		
No início do exercício	1.595	12.121
No final do exercício	10.733	1.595
	9.138	(10.526)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CONCESSIONÁRIA VIARIO S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O
EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto Operacional

A Concessionária ViaRio S.A. (“ViaRio” ou “Companhia”) é uma sociedade por ações, domiciliada no município do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, Brasil, situada na Rua Euzébio de Almeida, 2500, constituída em 20 de abril de 2012 e iniciou suas atividades em 26 de abril de 2012, de acordo com o Contrato de Concessão firmado com a Prefeitura do Município do Rio de Janeiro.

A Companhia tem como objetivo a implantação e exploração da infraestrutura e da prestação de serviço público de operação, manutenção, monitoração e realização de melhorias da Ligação Transolímpica (“Concessão”). O prazo da concessão é de 35 anos, contados da data de assinatura do Contrato de Concessão, ocorrido em 20 de abril de 2012.

O contrato de concessão tem como objeto principal a implantação de um trecho da Ligação Transolímpica, via expressa ligando a Avenida Brasil, no Bairro Magalhães Bastos, e estendendo-se até a Estrada dos Bandeirantes, em seu entroncamento com a Avenida Salvador Allende, no Bairro Curicica, incluindo seus acessos, faixas de domínio, edificações, terrenos e benfeitorias. A Ligação Transolímpica foi oficialmente inaugurada pela Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro (“PCRJ”) em 09 de julho de 2016 e sua utilização, conforme determinação da PCRJ, foi exclusiva da família olímpica e seus veículos credenciados durante o período dos Jogos Olímpicos Rio 2016. Em 29 de agosto de 2016, a Companhia iniciou a operação comercial da Ligação Transolímpica. No dia 15 de fevereiro de 2018, a Companhia iniciou a cobrança do pedágio nas alças de acesso na Estrada do Rio Grande, em Boiuna, Jacarepaguá.

2. Principais práticas contábeis

As políticas e práticas contábeis descritas abaixo têm sido aplicadas consistentemente nos exercícios apresentados nas demonstrações financeiras.

a) Moeda estrangeira

- Transações com moeda estrangeira

Ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional da Companhia pela taxa de câmbio da data do fechamento. Ativos e passivos não monetários adquiridos ou contratados em moeda estrangeira, são convertidos com base nas taxas de câmbio das datas das transações ou nas datas de avaliação ao valor justo, quando este é utilizado, e passam a compor os valores dos registros contábeis em reais destas transações, não se sujeitando a variações cambiais posteriores.

Os ganhos e as perdas de variações nas taxas de câmbio sobre os ativos e os passivos são reconhecidos na demonstração de resultados.

b) Receitas de contratos com clientes

A Companhia adotou o CPC 47 a partir de 1º de janeiro de 2018. As informações sobre as políticas contábeis da Companhia relacionadas a contratos com clientes e o efeito da aplicação inicial do CPC 47 estão descritos na letra “p” desta nota.

As receitas de pedágio são reconhecidas quando da utilização pelos usuários da rodovia.

As receitas acessórias são reconhecidas quando da prestação dos serviços.

CONCESSIONÁRIA VIARIO S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Receitas de construção: segundo a ICPC 01 (R1), quando a concessionária presta serviços de construção ou melhorias na infraestrutura, contabiliza receitas e custos relativos a estes serviços, os quais são determinados em função do estágio de conclusão da evolução física do trabalho contratado, que é alinhada com a medição dos trabalhos realizados.

Uma receita não é reconhecida se há incerteza significativa na sua realização.

c) Instrumentos financeiros

A Companhia adotou inicialmente o CPC 48 a partir de 1º de janeiro de 2018. O efeito da aplicação inicial do CPC 48 estão descritos na letra “p” desta nota.

- **Classificação**

A classificação e mensuração dos ativos e passivos financeiros refletem o modelo de negócios em que os ativos são administrados e suas características de fluxo de caixa.

As duas principais categorias de classificação para ativos e passivos financeiros são: mensurados ao custo amortizado e ao Valor Justo por meio do Resultado (VJR).

Os ativos financeiros são classificados como mensurado ao custo amortizado se atenderem ambas as condições a seguir e se não forem designados como mensurados ao VJR:

- São mantidos dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais; e
- Os termos contratuais dos ativos financeiros derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado, são classificados como ao VJR.

Os passivos financeiros são classificados como ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao VJR caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Outros passivos financeiros não classificados ao VJR, são mensurados pelo custo amortizado.

No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável como VJR, um ativo ou passivo financeiro que, de outra forma, atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado, se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

- **Mensuração e desreconhecimento**

Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado

São reconhecidos inicialmente na data da negociação, na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento e mensurados pelo valor justo, deduzidos de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis a eles. Após o reconhecimento inicial, são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos.

CONCESSIONÁRIA VIARIO S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O
EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

As contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento são mensuradas inicialmente ao preço da operação.

Para fins de avaliação dos fluxos de caixa contratuais, que tem como composição somente pagamento de principal e juros, o principal é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial e, os juros são definidos como: (i) uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo; (ii) pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e; (iii) por outros riscos e custos básicos, como por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos, assim como uma margem de lucro, se houver.

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro, em uma transação na qual, substancialmente, todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

A receita de juros e ganhos e perdas cambiais apurados na mensuração subsequente ou no desreconhecimento desses ativos financeiros são reconhecidos no resultado.

Passivos financeiros mensurados ao custo amortizado

A Companhia reconhece inicialmente títulos de dívida emitidos, na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros mensurados ao custo amortizado são reconhecidos inicialmente na data de negociação, na qual se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento.

São mensurados inicialmente pelo valor justo, deduzidos de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis a eles. Após o reconhecimento inicial, são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos.

A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou liquidadas.

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo. A diferença entre o valor justo entre o novo passivo financeiro e a baixa do anterior, modificado, é reconhecida no resultado.

A despesa de juros e ganhos e perdas cambiais apurados na mensuração subsequente ou no desreconhecimento desses passivos financeiros são reconhecidos no resultado.

Ativos e passivos financeiros mensurados pelo VJR

Ativos ou passivos financeiros são classificados pelo VJR caso tenham sido classificados como tal no momento do reconhecimento inicial. Os custos de transação, bem como a mensuração posterior do valor justo, após o reconhecimento inicial, são reconhecidos no resultado.

Instrumentos financeiros derivativos ativos e passivos

São reconhecidos inicialmente pelo valor justo. Os custos de transação atribuíveis são reconhecidos no resultado quando incorridos. Após o reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo VJR e suas variações são registradas no resultado do exercício.

CONCESSIONÁRIA VIARIO S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O
EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Capital social - ações ordinárias

Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquido de quaisquer efeitos tributários.

d) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração de valor.

e) Custo de transação na emissão de títulos de dívida

Os custos incorridos na captação de recursos junto a terceiros são apropriados ao resultado em função da fluência do prazo, com base no método do custo amortizado, que considera a Taxa Interna de Retorno (TIR) da operação para a apropriação dos encargos financeiros durante a vigência da operação. A taxa interna de retorno considera todos os fluxos de caixa, desde o valor líquido recebido pela concretização da transação até todos os pagamentos efetuados ou a efetuar para a liquidação dessa transação.

f) Ativo imobilizado

- Reconhecimento e mensuração

O ativo imobilizado é mensurado ao custo histórico de aquisição ou construção de bens, deduzido das depreciações acumuladas e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, quando necessário.

Os custos dos ativos imobilizados são compostos pelos gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição/construção dos ativos, incluindo custos dos materiais, de mão de obra direta e quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e em condição necessária para que esses possam operar. Além disso, para os ativos qualificáveis, os custos de empréstimos são capitalizados.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Outros gastos são capitalizados apenas quando há um aumento nos benefícios econômicos do item do imobilizado a que se referem, caso contrário, são reconhecidos no resultado como despesas.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado apurados pela comparação entre os recursos advindos de alienação com o valor contábil do imobilizado, são reconhecidos no resultado em outras receitas/despesas operacionais.

CONCESSIONÁRIA VIARIO S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O
EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido como tal, caso seja provável que sejam incorporados benefícios econômicos a ele e que o seu custo possa ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido repostado por outro é baixado. Os custos de manutenção são reconhecidos no resultado quando incorridos.

- Depreciação

A depreciação é computada pelo método linear, às taxas consideradas compatíveis com a vida útil econômica e/ou o prazo de concessão, dos dois o menor. As principais taxas de depreciação estão demonstradas na nota explicativa nº. 10.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais serão revistos a cada encerramento de exercício social e eventuais ajustes serão reconhecidos como mudanças de estimativas contábeis.

g) Ativos intangíveis

A Companhia possui os seguintes ativos intangíveis:

- Direito de uso e custos de desenvolvimento de sistemas informatizados

São demonstrados ao custo de aquisição, deduzidos da amortização, calculada de acordo com a geração de benefícios econômicos estimada.

- Direito de exploração de infraestrutura - vide item “o”.

Os ativos em fase de construção são classificados como Intangível em construção.

h) Redução ao valor recuperável de ativos (impairment)

- Ativos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre ativos financeiros mensurados ao custo amortizado.

As provisões para perda de ativos financeiros a receber do Poder Concedente ou com componente significativo de financiamento são mensuradas para 12 meses, exceto se o risco de crédito tenha aumentado significativamente, quando a perda esperada passaria a ser mensurada para a vida inteira do ativo.

As perdas de crédito esperadas para 12 meses são perdas de crédito que resultam de possíveis eventos de inadimplência dentro de 12 meses após a data do balanço (ou em um período mais curto, caso a vida esperada do instrumento seja menor do que 12 meses).

As provisões para perdas com contas a receber de clientes sem componente significativo de financiamento, são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento, as quais resultam de todos os possíveis eventos de inadimplemento ao longo da vida esperada do instrumento financeiro.

O período máximo considerado na estimativa de perda de crédito esperada é o período contratual máximo durante o qual a Companhia está exposta ao risco de crédito.

CONCESSIONÁRIA VIARIO S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (*forward-looking*).

A Companhia considera um ativo financeiro como inadimplente quando:

- É pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito a Companhia; ou
- O contas a receber de clientes estiver vencido há mais de 90 dias.

As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. Quando aplicável, as perdas de crédito são mensuradas a valor presente, pela diferença entre os fluxos de caixa a receber devidos a Companhia de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Companhia espera receber. As perdas de crédito esperadas são descontadas pela taxa de juros efetiva do ativo financeiro.

O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Companhia não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos da Companhia para a recuperação dos valores devidos.

A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos e debitada no resultado.

- Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável e, caso seja constatado que o ativo está *impaired*, um novo valor do ativo é determinado.

A Companhia determina o valor em uso do ativo tendo como referência o valor presente das projeções dos fluxos de caixa esperados, com base nos orçamentos aprovados pela Administração, na data da avaliação até a data final do prazo de concessão, considerando taxas de descontos que reflitam os riscos específicos relacionados a cada unidade geradora de caixa.

Durante a projeção, as premissas chaves consideradas estão relacionadas à estimativa de tráfego, aos índices que reajustam as tarifas, ao crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) e à respectiva elasticidade ao PIB do setor, custos operacionais, inflação, investimento de capital e taxas de descontos.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida no resultado caso o valor contábil de um ativo exceda seu valor recuperável estimado.

O valor recuperável de um ativo é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo.

CONCESSIONÁRIA VIARIO S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O
EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada a ágio não é revertida. Quanto aos demais ativos, as perdas de valor recuperável reconhecidas em períodos anteriores são avaliadas a cada data de apresentação para quaisquer indicações de que a perda tenha aumentado, diminuído ou não mais exista. Uma perda de valor é revertida caso tenha havido uma mudança nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável, somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

i) Provisões

Uma provisão é reconhecida no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou não formalizada constituída como resultado de um evento passado, que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que reflète as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo.

Os custos financeiros incorridos são registrados no resultado.

j) Provisão de manutenção – contratos de concessão

As obrigações contratuais para manter a infraestrutura concedida com um nível específico de operacionalidade ou de recuperar a infraestrutura na condição especificada antes de devolvê-la ao Poder Concedente ao final do contrato de concessão, são registradas e avaliadas pela melhor estimativa de gastos necessários para liquidar a obrigação presente na data do balanço.

A política da Companhia define que estão enquadradas no escopo da provisão de manutenção as intervenções físicas de caráter periódico, claramente identificado, destinadas a recompor a infraestrutura concedida às condições técnicas e operacionais exigidas pelo contrato, ao longo de todo o período da concessão.

Considera-se uma obrigação presente de manutenção somente a próxima intervenção a ser realizada. Obrigações reincidentes ao longo do contrato de concessão passam a ser provisionadas à medida que a obrigação anterior tenha sido concluída e o item restaurado colocado novamente à disposição dos usuários.

A provisão de manutenção é contabilizada com base nos fluxos de caixa previstos de cada objeto de provisão trazidos a valor presente levando-se em conta o custo dos recursos econômicos no tempo e os riscos do negócio.

k) Receitas e despesas financeiras

Receitas financeiras compreendem basicamente os juros provenientes de aplicações financeiras, mudanças no valor justo de instrumentos financeiros ativos, os quais são registrados através do resultado do exercício e variações monetárias e cambiais positivas sobre instrumentos financeiros passivos.

As despesas financeiras compreendem basicamente os juros, variações monetárias e cambiais sobre passivos financeiros, recomposições dos ajustes a valor presente sobre provisões e mudanças no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado. Custos de empréstimos que não sejam diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de ativos qualificáveis são reconhecidos no resultado do exercício com base no método da taxa efetiva de juros.

CONCESSIONÁRIA VIARIO S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

l) Benefícios a empregados

- Benefícios de contribuição definida

Um plano de contribuição definida é um plano de benefícios pós-emprego sob o qual uma entidade paga contribuições fixas para uma entidade separada (fundo de previdência) e não terá nenhuma obrigação de pagar valores adicionais. As obrigações por contribuições aos planos de pensão de contribuição definida são reconhecidas como despesas de benefícios a empregados no resultado nos exercícios durante os quais serviços são prestados pelos empregados.

- Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado.

m) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$ 240 (base anual) para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, considerando a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido.

O imposto corrente é o imposto a pagar sobre o lucro tributável do exercício, às taxas vigentes na data de apresentação das demonstrações financeiras.

O imposto diferido é reconhecido em relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação.

O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando revertidas, baseando-se nas leis que foram promulgadas ou substantivamente promulgadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras.

CONCESSIONÁRIA VIARIO S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Na determinação do imposto de renda corrente e diferido, a Companhia leva em consideração o impacto de incertezas relativas às posições fiscais tomadas e, se o pagamento adicional de imposto de renda e juros deve ser realizado. A Companhia acredita que a provisão para imposto de renda no passivo está adequada em relação a todos os exercícios fiscais em aberto baseada em sua avaliação de diversos fatores, incluindo interpretações das leis fiscais e experiência passada. Essa avaliação é baseada em estimativas e premissas que podem envolver uma série de julgamentos sobre eventos futuros. Novas informações podem ser disponibilizadas, que levariam a Companhia a mudar o seu julgamento quanto à adequação da provisão existente; tais alterações impactarão a despesa com imposto de renda no ano em que forem realizadas.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, relacionados a impostos de renda, lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por prejuízos fiscais, bases negativas e diferenças temporárias dedutíveis quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis e contra os quais serão utilizados, limitando-se a utilização a 30% dos lucros tributáveis futuros anuais.

Os impostos ativos diferidos decorrentes de diferenças temporárias consideram a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, fundamentados em estudo técnico de viabilidade aprovado pela administração.

O imposto diferido não é reconhecido para diferenças temporárias sobre o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja uma combinação de negócios e que não afete nem o lucro ou prejuízo tributável nem o resultado contábil.

n) Resultado por ação

O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado líquido atribuível aos controladores da Companhia e a média ponderada de ações ordinárias em circulação durante o exercício. A Companhia não possui instrumentos que poderiam potencialmente diluir o resultado básico por ação.

o) Contratos de concessão de serviços – Direito de exploração de infraestrutura - ICPC 01(R1)

A infraestrutura, dentro do alcance da Interpretação Técnica ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão, não é registrada como ativo imobilizado do concessionário porque o contrato de concessão prevê apenas a cessão de posse desses bens para a prestação de serviços públicos, sendo eles revertidos ao Poder Concedente após o encerramento do respectivo contrato. O concessionário tem acesso para construir e/ou operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do Poder Concedente, nas condições previstas no contrato.

Nos termos dos contratos de concessão dentro do alcance da ICPC 01 (R1), o concessionário atua como prestador de serviço, construindo ou melhorando a infraestrutura (serviços de construção ou melhoria) usada para prestar um serviço público, além de operar e manter essa infraestrutura (serviços de operação) durante determinado prazo.

CONCESSIONÁRIA VIARIO S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Se o concessionário presta serviços de construção ou melhoria, a remuneração recebida ou a receber pelo concessionário é registrada pelo valor justo. Essa remuneração pode corresponder a direito sobre um ativo intangível, um ativo financeiro ou ambos. O concessionário reconhece um ativo intangível à medida que recebe o direito (autorização) de cobrar os usuários pela prestação dos serviços públicos. O concessionário reconhece um ativo financeiro na medida em que tem o direito contratual incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do concedente pelos serviços de construção. Tais ativos financeiros são mensurados pelo valor justo no reconhecimento inicial e após são mensurados pelo custo amortizado.

Caso a Companhia seja remunerada pelos serviços de construção parcialmente através de um ativo financeiro e parcialmente por um ativo intangível, então cada componente da remuneração recebida ou a receber é registrado individualmente e é reconhecido inicialmente pelo valor justo da remuneração recebida ou a receber.

O direito de exploração de infraestrutura é oriundo dos dispêndios realizados na construção de obras de melhoria em troca do direito de cobrar os usuários pela utilização da infraestrutura. Este direito é composto pelo custo da construção somado à margem de lucro e aos custos dos empréstimos atribuíveis a esse ativo. A Companhia estimou que eventual margem, líquida de impostos, é irrelevante, considerando-a zero.

A amortização do direito de exploração da infraestrutura é reconhecida no resultado do exercício de acordo com a curva de benefício econômico esperado ao longo do prazo de concessão, tendo sido adotada a curva de tráfego estimada como base para a amortização.

p) Adoção inicial de normas e interpretações novas e revisadas

A Companhia adotou inicialmente, a partir de 1º de janeiro de 2018, as seguintes normas:

- **CPC 47 – Receitas de contratos com clientes**

Introduziu uma estrutura abrangente para determinar se e quando uma receita é reconhecida, e por quanto a receita é mensurada. Estabelece um modelo de cinco etapas para contabilização de receitas decorrentes de contratos com clientes, de tal forma que uma receita é reconhecida por um valor que reflete a contrapartida a que uma entidade espera ter direito em troca de transferência de bens ou serviços para um cliente.

Após as análises realizadas, a Companhia não identificou impactos da adoção desta norma, exceto quanto ao descrito no parágrafo seguinte, nas Demonstrações Financeiras, em comparação com as normas anteriores de reconhecimento de receita, seja em termos de montante das receitas de construção e outras receitas operacionais, conforme em termos de momento de reconhecimento da receita dos serviços aos usuários de seus projetos de concessão de infraestrutura de transportes, bem como no reconhecimento das receitas de construção, conforme requerido pelo ICPC 01, já reconhecidas anteriormente de forma desagregada.

O intangível em construção reflete os ativos que ainda não estavam em operação na data das demonstrações financeiras. O valor do intangível em construção em 1º de janeiro de 2018 era de R\$ 2.282.

- **CPC 48 – Instrumentos financeiros**

Estabeleceu requerimentos para reconhecer e mensurar ativos e passivos financeiros e alguns contratos para comprar ou vender itens não financeiros.

CONCESSIONÁRIA VIARIO S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O
EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

i. Classificação e mensuração de ativos e passivos financeiros

Retém em grande parte os requerimentos existentes no CPC 38 para a classificação e mensuração de passivos financeiros. No entanto, elimina as antigas categorias do CPC 38 para ativos financeiros: mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda.

Sua adoção não teve efeito significativo nas políticas contábeis da Companhia relacionadas a passivos financeiros e instrumentos financeiros derivativos. O impacto na classificação e mensuração de ativos financeiros está descrito a seguir, demonstrando as categorias de mensuração até então vigentes no CPC 38 e as novas categorias requeridas para mensuração, para cada classe de ativos financeiros da Companhia, em 1º de janeiro de 2018.

Ativos financeiros	Classificação original de acordo com o CPC 38	Nova classificação de acordo com o CPC 48	Valor contábil original de acordo com o CPC 38	Novo valor contábil de acordo com o CPC 48
Contas a receber	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado	4.637	4.637

ii. Impairment de ativos financeiros

Substitui o modelo de perda incorrida do CPC 38 / IAS 39 por um modelo de perda de crédito esperada. O novo modelo de *impairment* aplica-se aos ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado, ativos contratuais e instrumentos de dívida mensurados a valor justo através de outros resultados abrangentes. Os ativos financeiros ao custo amortizado consistem em contas a receber e créditos com partes relacionadas. A aplicação do *impairment* de ativos financeiros com base nas perdas esperadas não resultou em uma provisão adicional nas informações financeiras da Companhia, no momento da adoção da nova norma.

q) Novas Normas e Interpretações ainda não efetivos

A Companhia é obrigado a adotar o CPC 06 (R2) – Arrendamentos, a partir de 1º de janeiro de 2019. Não houve adoção antecipada desta norma.

O CPC 06 (R2) substitui as normas de arrendamento existentes, incluindo o CPC 06 Operações de Arrendamento Mercantil e o ICPC 03 Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil.

O CPC 06 (R2) introduz um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor. A contabilidade do arrendador permanece semelhante à norma atual, isto é, os arrendadores continuam a classificar os arrendamentos em financeiros ou operacionais.

O impacto da aplicação do CPC 06 (R2) nas demonstrações financeiras no período de aplicação inicial será concentrado em reconhecimento de ativos e passivos por seus arrendamentos operacionais de equipamentos e instalações, bem como será substituída a despesa linear de arrendamento operacional por um custo de amortização de ativos de direito de uso e despesa de juros sobre obrigações de arrendamento.

Não se espera que a adoção do CPC 06 (R2) produza impacto significativo para a Companhia, nem afete de maneira relevante a capacidade de cumprir com os acordos contratuais (*covenants*) de limite máximo de alavancagem em financiamentos e debêntures.

CONCESSIONÁRIA VIARIO S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

As análises associadas a mensuração e contabilização dos contratos de arrendamento estão substancialmente concluídas, estando pendentes os seguintes pontos: (i) taxa de desconto e; (ii) estimativa dos fluxos de pagamentos dos contratos de arrendamento pela parcela líquida ou bruta de impostos.

A Companhia pretende aplicar o CPC 06 (R2) inicialmente, usando a abordagem retrospectiva modificada. Portanto, o efeito cumulativo da adoção do CPC 06 (R2) será reconhecido como um ajuste ao saldo de abertura dos saldos em 1º de janeiro de 2019, sem atualização das informações comparativas.

A Companhia não é obrigada a fazer ajustes para arrendamentos em que é um arrendador, exceto quando é um arrendador intermediário em um subarrendamento.

Outras normas

A Companhia está avaliando eventuais impactos das seguintes normas alteradas e interpretação emitida ainda não vigentes:

- ICPC 22 Incerteza sobre tratamentos de tributos sobre o lucro.
- Características de pré-pagamento com remuneração negativa.
- Alterações no plano, reduções ou liquidação do plano (Alterações no CPC 33).
- Ciclo de melhorias anuais nas normas CPC 2015-2017 – Várias normas.
- Alterações nas referências à estrutura conceitual nas normas CPC.
- CPC 11 contratos de seguros.

3. Apresentação das demonstrações financeiras

Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC)

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP).

A Administração afirma que todas as informações relevantes próprias das Demonstrações Financeiras estão divulgadas, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas por ela na sua gestão.

Em 28 de março de 2019, foi autorizada pelo Conselho de Administração da Companhia a conclusão destas demonstrações financeiras.

Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo através do resultado.

Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos apresentados em Reais nestas demonstrações foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

CONCESSIONÁRIA VIARIO S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas periodicamente pela Administração da Companhia, sendo as alterações reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas e/ou incertezas sobre as premissas e estimativas relevantes, estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

Nota

2o	Classificação de obras de melhorias incorporadas ao ativo intangível - ICPC 01 (R1)
7	Provisão para perda esperada
8b	Impostos diferidos
11	Amortização dos ativos intangíveis
14	Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e previdenciários
15	Provisão de manutenção
19	Instrumentos financeiros mensurados ao valor justo

4. Determinação dos valores justos

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos a seguir. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo.

- Caixa e bancos

Os valores justos desses ativos financeiros são iguais aos valores contábeis, dada sua liquidez imediata.

- Investimentos em títulos financeiros

O valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado é apurado por referência aos seus preços de fechamento na data de apresentação das demonstrações financeiras.

- Passivos financeiros não derivativos

O valor justo determinado para fins de registro contábil e/ou divulgação é calculado baseando-se no valor presente dos fluxos de caixa futuros projetados. As taxas utilizadas nos cálculos foram obtidas de fontes públicas (B3 e Bloomberg).

CONCESSIONÁRIA VIARIO S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O
EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

5. Gerenciamento de riscos financeiros

Visão geral

A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

- a) Risco de crédito;
- b) Risco de taxas de juros e inflação; e
- c) Risco de estrutura de capital (ou risco financeiro) e liquidez.

A seguir, estão apresentadas as informações sobre a exposição da Companhia a cada um dos riscos supramencionados e os objetivos, políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de risco e capital. Divulgações quantitativas adicionais são incluídas ao longo destas demonstrações financeiras.

a) Risco de crédito

Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Para mitigar esses riscos, adota-se como prática a análise das situações financeira e patrimonial das contrapartes, assim como a definição de limites de crédito e acompanhamento permanente das posições em aberto, exceto para contas a receber junto aos Poderes Concedentes, que potencialmente sujeitam à concentração de risco de crédito. No que tange às instituições financeiras, somente são realizadas operações com instituições financeiras de baixo risco, avaliadas por agências de *rating*.

b) Risco de taxas de juros e inflação

Decorre da possibilidade de sofrer redução nos ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros.

A Companhia está exposta a taxas de juros flutuantes, principalmente relacionadas às variações do Certificado de Depósito Interbancário - CDI relativos aos financiamentos em reais, debêntures e aplicações financeiras. Detalhamentos a esse respeito podem ser obtidos nas notas explicativas nº 6, 12 e 13.

c) Risco de estrutura de capital (ou risco financeiro) e liquidez

Decorre da escolha entre capital próprio (aportes de capital e retenção de lucros) e capital de terceiros que a Companhia faz para financiar suas operações. Para mitigar os riscos de liquidez e otimizar o custo médio ponderado do capital, são monitorados permanentemente os níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado e o cumprimento de índices (*covenants*) previstos em contratos de financiamento e debêntures. A Administração avalia que a Companhia goza de capacidade para manter a continuidade operacional dos negócios, em condições de normalidade.

Informações sobre os vencimentos dos instrumentos financeiros passivos podem ser obtidas nas respectivas notas explicativas.

CONCESSIONÁRIA VIARIO S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O
EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

O quadro seguinte apresenta os passivos financeiros não derivativos, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual de vencimento:

	Menos de 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 2 e 3 anos	Entre 3 e 4 anos	Acima de 4 anos
Debêntures (a)	62.959	78.609	95.396	115.386	689.603
Fornecedores e outras contas a pagar	2.732	18	18	3	-
Mútuos - partes relacionadas	-	-	-	-	714.758
Contas a pagar - partes relacionadas	361	-	-	-	-

(a) Valores brutos dos custos de transação.

6. Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras

	2018	2017
Caixas e bancos	1.433	1.595
Fundos de investimentos e CDB	9.300	-
	<u>10.733</u>	<u>1.595</u>
	2018	2017
Aplicações financeiras		
Fundos de investimentos	50.390	7.841
	<u>50.390</u>	<u>7.841</u>

As aplicações financeiras foram remuneradas à taxa média de 98,47% do CDI, equivalente a 6,24% ao ano (99,32% do CDI, equivalente a 9,83% ao ano, em média, em 31 de dezembro de 2017).

7. Contas a receber

	2018	2017
Circulante		
Receitas acessórias (a)	14	-
Pedágio eletrônico (b)	5.099	4.639
	<u>5.113</u>	<u>4.639</u>
Provisão para perda esperada - contas a receber (c)	(5)	(2)
	<u>5.108</u>	<u>4.637</u>

CONCESSIONÁRIA VIARIO S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O
EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Idade de Vencimentos dos Títulos

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Créditos a vencer	5.106	4.626
Créditos vencidos até 60 dias	2	11
Créditos vencidos de 91 a 180 dias	-	2
Créditos vencidos há mais de 180 dias	5	-
	<u>5.113</u>	<u>4.639</u>

- (a) Créditos de receitas acessórias (principalmente locação de painéis publicitários) previstas no contrato de concessão;
- (b) Créditos a receber de pedágio eletrônico (AVI e vale pedágio) decorrentes de tarifas de pedágio que serão recebidos em prazo médio de 30 dias; e
- (c) A Provisão para perda esperada – contas a receber, reflete a perda esperada da Companhia.

8. Imposto de renda e contribuição social

a) Conciliação do imposto de renda e contribuição social – correntes e diferidos

A conciliação do imposto de renda e contribuição social registrada no resultado é demonstrada a seguir:

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social	(30.929)	(79.158)
Alíquota nominal	<u>34%</u>	<u>34%</u>
Imposto de renda e contribuição social à alíquota nominal	10.516	26.914
Efeito tributário das adições e exclusões permanentes		
Despesas indedutíveis	(51)	(43)
Remuneração variável de dirigentes estatutários	(167)	122
Outros ajustes tributários	<u>(1)</u>	<u>(2)</u>
Despesa de imposto de renda e contribuição social diferidos	<u>10.297</u>	<u>26.991</u>
Alíquota efetiva de impostos	<u>33%</u>	<u>34%</u>

CONCESSIONÁRIA VIARIO S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O
EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

b) Impostos diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos têm as seguintes origens:

	2018				
	2017	Reconhecido no resultado	Valor Líquido	Ativo fiscal diferido	Passivo fiscal diferido
IRPJ e CSLL sobre prejuízos fiscais e bases negativas (a)	107.483	15.649	123.132	123.132	-
Provisão para participação nos resultados (PLR)	614	(41)	573	573	-
Provisão para perda esperada - contas a receber	1	1	2	2	-
Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e previdenciários	33	(10)	23	23	-
Constituição da Provisão de manutenção	298	869	1.167	1.167	-
Diferenças temporárias - Lei 12.973/14 (b)	(40.649)	(6.296)	(46.945)	10.956	(57.901)
Provisão para Fornecedores	-	117	117	117	-
Outros	-	8	8	8	-
Impostos diferidos ativos (passivos) antes da compensação	67.780	10.297	78.077	135.978	(57.901)
Compensação de imposto	-	-	-	(57.901)	57.901
Imposto diferido líquido ativo (passivo)	<u>67.780</u>	<u>10.297</u>	<u>78.077</u>	<u>78.077</u>	<u>-</u>

	2017				
	2016	Reconhecido no resultado	Valor Líquido	Ativo fiscal diferido	Passivo fiscal diferido
IRPJ e CSLL sobre prejuízos fiscais e bases negativas (a)	77.152	30.331	107.483	107.483	-
Provisão para participação nos resultados (PLR)	661	(47)	614	614	-
Provisão para perda esperada - contas a receber	-	1	1	1	-
Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e previdenciários	20	13	33	33	-
Constituição da Provisão de manutenção	29	269	298	298	-
Diferenças temporárias - Lei 12.973/14 (b)	(37.073)	(3.576)	(40.649)	13.017	(53.666)
Impostos diferidos ativos (passivos) antes da compensação	40.789	26.991	67.780	121.446	(53.666)
Compensação de imposto	-	-	-	(53.666)	53.666
Imposto diferido líquido ativo (passivo)	<u>40.789</u>	<u>26.991</u>	<u>67.780</u>	<u>67.780</u>	<u>-</u>

(a) A Companhia estima recuperar o crédito tributário decorrente de prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social nos seguintes exercícios:

	2018
2020	2.666
2021	5.812
2022	9.531
2023	11.194
de 2024 em diante	93.929
	<u>123.132</u>

(b) Saldos de diferenças temporárias resultante da aplicação do artigo nº 69 da lei nº 12.973/14 (fim do Regime Tributário de Transição) composto principalmente por depreciação do ativo imobilizado (fiscal) versus amortização do ativo intangível (contábil) e custos de empréstimos capitalizados.

A recuperação dos créditos tributários poderá ser realizada em prazo diferente do acima estimado, em função de reorganizações societárias e de estrutura de capital.

CONCESSIONÁRIA VIARIO S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O
EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

9. Partes relacionadas

Os saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, assim como as transações que influenciaram o resultado dos exercícios de 2018 e 2017, relativos às operações com partes relacionadas decorrem de transações entre a Companhia, suas controladoras em conjunto, profissionais chave da administração e outras partes relacionadas.

	2018				
	Transações			Saldos	
	Despesas financeiras	Serviços prestados	Imobilizado /Intangível	Mútuos	Contas a Pagar
Controladoras					
CCR S.A.	14.694 (b)	1.660 (a)	655 (a)	176.780 (b)	136 (a)
Invepar	7.350 (b)	-	-	88.459 (b)	-
Outras partes relacionadas					
CPC	-	1.329 (d)	1.180 (d)	-	160 (d)
Barcas	-	-	-	-	32 (e)
ViaLagos	-	-	-	-	33 (e)
Total circulante				-	361
Total não circulante				265.239	-
Total	22.044	2.989	1.835	265.239	361

	2017					
	Transações				Saldos	
	Despesas financeiras	Receitas financeiras	Serviços prestados	Intangível	Mútuos	Contas a Pagar
Controladoras						
CCR S.A.	9.523 (b)	-	1.481 (a)	-	107.813 (b)	108 (a)
Odebrecht Rodovias S.A.	597 (b)	-	-	-	-	-
Invepar	5.062 (b)	-	-	-	53.947 (b)	-
Outras partes relacionadas						
Consórcio Construtor Transrio	29.336 (c)	46.520 (c)	-	17.803 (c)	-	-
Total circulante					-	108
Total não circulante					161.760	-
Total	44.518	46.520	1.481	17.803	161.760	108

Despesas com profissionais - chave da Administração

	2018	2017
Remuneração (f)		
Benefícios de curto prazo - remuneração fixa	1.613	2.999
Previdência privada	26	76
Seguro de vida	2	4
	1.641	3.079

Saldos a pagar aos profissionais chave da administração

	2018	2017
Remuneração dos administradores (f)	19	25

CONCESSIONÁRIA VIARIO S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O
EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Na Assembleia Geral Ordinária (AGOE) realizada em 30 de abril de 2018, foi fixada a remuneração anual dos membros da diretoria da Companhia no montante de R\$ 3.300. A remuneração anual inclui os valores de provisão de participação nos lucros e resultados (“PLR”) e não inclui os valores referentes aos encargos sociais devidos em decorrência da respectiva remuneração.

- a) Contrato de prestação de serviços de gestão administrativa nas áreas de contabilidade, suprimentos, tesouraria e recursos humanos executados pela CCR – Divisão Actua, cujos valores são liquidados mensalmente no 1º dia útil do mês seguinte ao do faturamento;
- b) Contratos de mútuo, sendo 2 remunerados a 130% do CDI e 6 remunerados a TR + 9,89% a.a.. O vencimento de 1 contrato será em 01 de junho de 2028 e de 7 contratos em 16 de janeiro de 2034;
- c) Refere-se à construção da infraestrutura efetuada pelo consórcio construtor através do contrato firmado em 26 de abril de 2012, para execução das obras civis de implantação da Ligação Transolímpica;
- d) Contrato de prestação exclusiva de serviços de administração de obras de investimentos, conservação, serviços de informática e manutenção, cujos valores são liquidados mensalmente no 1º dia útil do mês seguinte ao do faturamento;
- e) Refere-se a encargos de folha de pagamento relativo à transferência de colaboradores, e
- f) Contempla o valor total de remuneração fixa e variável atribuível aos membros da administração e diretoria.

10. Ativo Imobilizado

Movimentação do custo

	2017	2018		
	Saldo inicial	Adições	Transferências (a)	Saldo final
Móveis e utensílios	1.104	-	1	1.105
Máquinas e equipamentos	30.817	-	393	31.210
Veículos	3.519	-	2	3.521
Instalações e edificações	436	-	-	436
Sistemas operacionais	5.313	-	65	5.378
Imobilizações em andamento	657	3.368	(867)	3.158
	41.846	3.368	(406)	44.808

Foram acrescidos aos ativos imobilizados, custos de empréstimos no montante de R\$ 128 em 2018 (R\$ 1.236 em 2017). A taxa média de capitalização em 2018 foi de 9,84% a.a. (custo dos empréstimos dividido pelo saldo médio de financiamentos e debêntures) e 15,44% a.a. em 2017.

CONCESSIONÁRIA VIARIO S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O
EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Movimentação da depreciação

	Taxa média anual de depreciação %	2017	2018	
		Saldo inicial	Adições	Saldo final
Móveis e utensílios	10	(159)	(110)	(269)
Máquinas e equipamentos	10	(3.252)	(3.215)	(6.467)
Veículos	25	(1.197)	(866)	(2.063)
Instalações e edificações	(b)	(436)	-	(436)
Sistemas operacionais	11	(458)	(591)	(1.049)
		<u>(5.502)</u>	<u>(4.782)</u>	<u>(10.284)</u>

(a) Reclassificações do ativo imobilizado para o intangível.

(b) Bens totalmente depreciados.

11. Intangível

Movimentação do custo

	2017	2018			Saldo final
	Saldo inicial	Adoção inicial CPC 47	Adições	Transferências (a)	
Direitos de exploração da infraestrutura	905.308	(2.282)	-	178	903.204
Direitos de uso de sistemas informatizados	3.490	-	-	406	3.896
Intangível	<u>908.798</u>	<u>(2.282)</u>	<u>-</u>	<u>584</u>	<u>907.100</u>
Intangível em construção	<u>-</u>	<u>2.282</u>	<u>1.581</u>	<u>(178)</u>	<u>3.685</u>

Foram acrescidos aos ativos intangíveis, custos de empréstimos no montante de R\$ 247 em 2018 (R\$ 464 em 2017). A taxa média de capitalização em 2018 foi de 9,84% a.a. (custo dos empréstimos dividido pelo saldo de financiamentos e debêntures) e 15,44% a.a. em 2017.

Movimentação da amortização

	Taxa média anual de amortização %	2017	2018	
		Saldo inicial	Adições	Saldo final
Direitos de exploração da infraestrutura	(b)	(26.642)	(23.019)	(49.661)
Direitos de uso de sistemas informatizados	20	(1.585)	(707)	(2.292)
		<u>(28.227)</u>	<u>(23.726)</u>	<u>(51.953)</u>

(a) Reclassificações do ativo imobilizado para o intangível; e

(b) Amortização pela curva de benefício econômico.

CONCESSIONÁRIA VIARIO S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O
EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

12. Financiamentos

<u>Instituições financeiras</u>	<u>Taxas contratuais</u>	<u>Taxa efetiva do custo de transação (% a.a.)</u>	<u>Custos de transação incorridos</u>	<u>Saldos dos custos a apropriar em 2018</u>	<u>Vencimento final</u>	<u>2018</u>	<u>2017</u>
1. Caixa Econômica Federal	CDI + 4,5% a.a.	6,6164% (a)	2.521	-	Fevereiro de 2018	-	181.016 (c)
2. Banco BTG Pactual S.A	CDI + 0,95% a.a.	4,8062% (a)	920	-	Março de 2018	-	26.723 (b)
				<u>-</u>		<u>-</u>	<u>207.739</u>
Circulante							
Financiamentos						-	208.444
Custos de transação						-	(705)
						<u>-</u>	<u>207.739</u>

- (a) O custo efetivo destas transações refere-se aos custos incorridos na emissão dos títulos e não considera taxas pós-fixadas, uma vez que a liquidação dos juros e principal dar-se-á no final da operação e na data de cada transação não são conhecidas as futuras taxas aplicáveis. Estas taxas somente serão conhecidas com a fluência do prazo de cada transação. Quando uma operação possui mais de uma série/tranche, está apresentada à taxa média ponderada.

Garantias:

- (b) Cessão fiduciária de aplicações financeiras, com aval corporativo das acionistas/patrocinadoras na proporção de suas participações.
- (c) Aval corporativo das acionistas/patrocinadoras na proporção de suas participações.

A seguir especificamos as principais condições e garantias vinculadas aos contratos de financiamentos, seguindo a indexação da primeira coluna do quadro onde as operações estão detalhadas.

1. Em 29 de abril de 2016, através da Cédula de Crédito Bancária (CCB), foi recebido o recurso de R\$ 140.420, com vencimento de principal e juros em 30 de agosto de 2016 e remuneração de CDI + 4,50% a.a.. A emissão contava com aval corporativo proporcional, não solidário, com ou sem prêmio, das acionistas/patrocinadoras na proporção de suas participações.

Em 2017, foram feitos aditamentos, postergando a data de vencimento para 25 de fevereiro de 2018.

Em 20 de fevereiro de 2018, ocorreu o resgate antecipado da Cédula de Crédito Bancário (“CCB”) contratada junto à Caixa Econômica Federal.

2. Em 22 de março de 2017, foi firmado contrato de capital de giro com o BTG Pactual, no montante de R\$ 25.000, com vencimento em 20 de março de 2018 e remunerado ao CDI + 0,95% a.a.. Em 09 de fevereiro de 2018, ocorreu o resgate antecipado da Cédula de Crédito Bancário (“CCB”) contratada junto à BTG.

CONCESSIONÁRIA VIARIO S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O
EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

13. Debêntures

Série	Taxas contratuais	Taxa efetiva do custo de transação (% a.a.)	Custos de transação incorridos	Saldos dos custos a apropriar em 2018	Vencimento final	2018	2017
		1. 6ª Emissão - Série Única	CDI + 4,50% a.a.	6,1462% (a)	8.518	-	Fevereiro de 2018
2. 7ª Emissão - Série Única	CDI + 2,90% a.a.	3,3425% (a)	16.359	14.366	Fevereiro de 2028	628.327	- (b)
				<u>14.366</u>		<u>628.327</u>	<u>471.182</u>
Circulante							
Debêntures						28.893	472.389
Custos de transação						(2.235)	(1.207)
						<u>26.658</u>	<u>471.182</u>
Não Circulante							
Debêntures						613.800	-
Custos de transação						(12.131)	-
						<u>601.669</u>	<u>-</u>

- (a) O custo efetivo destas transações refere-se à taxa interna de retorno (TIR) calculada considerando os juros contratados mais os custos de transação. Para os casos aplicáveis, não foram consideradas para fins de cálculo da TIR as taxas contratuais variáveis.

Garantias:

- (b) Fiança corporativa proporcional das acionistas.

Cronograma de desembolsos (não circulante)

	<u>2018</u>
2020	18.291
2021	32.859
2022	53.329
2023 em diante	<u>509.321</u>
	<u>613.800</u>

A seguir especificamos as principais condições e garantias vinculadas aos contratos de debêntures, seguindo a indexação da primeira coluna do quadro onde as operações estão detalhadas. As condições e garantias pactuadas vêm sendo cumpridas regularmente.

1. Em 27 de abril de 2017, foi realizada a 6ª emissão de debêntures simples, no valor nominal total de R\$ 433.000, em série única, com fiança corporativa proporcional à participação dos acionistas, vencimento em 27 de novembro de 2017, com remuneração de CDI + 4,50% a.a. e pagamento de juros e principal no vencimento.

Em 24 de novembro de 2017, ocorreu o 1º aditamento da escritura da 6ª emissão de debêntures para prorrogação da data de vencimento para 25 de fevereiro de 2018.

Em 20 de fevereiro de 2018, ocorreu o resgate antecipado total da 6ª emissão de debêntures.

2. Em 20 de fevereiro de 2018 foi realizada a 7ª emissão de debêntures, em 1 série, da espécie com garantia real e com garantia adicional fidejussória prestada pelas acionistas.

A 7ª emissão tem valor de R\$ 620.000 e remuneração de CDI + 2,90% a.a., vencimento em 05 de fevereiro de 2028, pagamento de juros semestral e pagamento de principal semestral de acordo com a curva apresentada na escritura de emissão.

CONCESSIONÁRIA VIARIO S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

As debêntures poderão ser facultativamente resgatadas totalmente e/ou amortizadas parcialmente, a partir de 05 de fevereiro de 2020, a critério da emissora, com incidência de prêmio apresentado na escritura de emissão.

A remuneração e o prêmio para resgate antecipado serão aplicados durante o período de 60 (sessenta) meses contados da data de emissão, sendo que em 05 de fevereiro de 2023 a remuneração e os prêmios de resgate deverão ser repactuados pela emissora.

Caso os debenturistas não aceitem as condições de repactuação fixada pela emissora, a emissora terá a obrigação de recomprar as debêntures. Caso a emissora não envie as novas condições de remuneração no prazo determinado, deverá adquirir a totalidade das Debêntures na data de repactuação.

Entre as principais cláusulas de restrição a emissora não poderá distribuir dividendos, ressalvado os dividendos mínimos obrigatórios, não poderá contratar dívidas adicionais acima de R\$ 10.000 e não poderá reduzir capital.

As debêntures contam com obrigação de depósito e garantia real, que obriga a Companhia a depositar mensalmente em conta vinculada, ao longo dos 6 (seis) últimos meses de vigência das debêntures, o equivalente a 1/6 (um sexto) do valor do principal atualizado, por meio de depósito. Caso, durante a vigência das debêntures, o prazo contratual da concessão seja estendido em, no mínimo, 1 (um) ano, a obrigação da Companhia de depositar recursos na referida conta vinculada deixará de se aplicar, e a garantia será liberada.

A debênture contará com as seguintes garantias:

- (i) **Alienação fiduciária** da totalidade de ações de emissão da emissora de titularidade das acionistas;
- (ii) **Cessão fiduciária**, sobre todos os direitos emergentes da Concessão, incluindo, mas sem limitação, eventuais indenizações e todos e quaisquer valores que, efetiva ou parcialmente, sejam ou venham a se tornar devidos pelo Poder Concedente à emissora, em caso de encampação, caducidade e extinção da Concessão, de acordo com os termos e condições previstos no Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos, assim como a cessão fiduciária sobre as contas em que tais direitos deverão ser depositados;
- (iii) **Garantia Fidejussória**: Em garantia do fiel, pontual e integral pagamento das Debêntures, as acionistas prestam garantia fidejussória em favor dos Debenturistas, de forma não solidária, considerando sua a proporção no capital social da emissora;
- (iv) **Obrigação de aportes adicionais**: Caso não seja verificado o devido preenchimento da Conta Reserva Dívida, conforme estabelecido na Escritura de Emissão, as acionistas deverão realizar aporte de capital na emissora mediante realização de Mútuo Subordinado, aumento de capital social ou adiantamento para futuro aumento de capital em valor equivalente ao valor necessário para que a Conta Reserva Dívida seja preenchida.

Os recursos captados pela emissora por meio da integralização da 7ª emissão, foram utilizados para o pagamento total de sua sexta emissão de debêntures e para o pagamento de Cédula de Crédito Bancário (“CCB”) contratada junto à Caixa Econômica Federal.

CONCESSIONÁRIA VIARIO S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O
EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

14. Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e previdenciários

A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos perante tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal de suas respectivas operações, envolvendo questões cíveis, trabalhistas e previdenciárias.

A Administração constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso, conforme quadro abaixo, com base em (i) informações de seus assessores jurídicos, (ii) análise das demandas judiciais pendentes e (iii) com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas:

	2017		2018		Atualização de bases processuais e monetária	Saldo final
	Saldo inicial	Constituição	Reversão	Pagamentos		
Não circulante						
Cíveis	5	14	(5)	(14)	-	-
Trabalhistas e previdenciários	92	27	(35)	(23)	8	69
	97	41	(40)	(37)	8	69

A Companhia possui outros riscos relativos a questões cíveis e trabalhistas, avaliados pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível, nos montantes indicados abaixo, para os quais nenhuma provisão foi constituída, tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil não determinam sua contabilização.

	2018	2017
Cíveis	-	349
Trabalhistas e previdenciários	-	658
	-	1.007

15. Provisão de manutenção

	2017	2018		Saldo final
	Saldo Inicial	Constituição de provisão a valor presente	Ajuste a valor presente	
Não circulante	882	2.338	212	3.432

As taxas anuais de 2017 e 2018 para cálculo do valor presente, foram de 13,93% e 7,54%, respectivamente.

CONCESSIONÁRIA VIARIO S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O
EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

16. Patrimônio Líquido

a) Capital social

O capital social subscrito e integralizado da Companhia é de R\$ 283.191.

As ações estão assim distribuídas:

	Participação acionária	2018		2017	
		Ações	Capital Social	Ações	Capital Social
		Integralizadas	Integralizado	Integralizadas	Integralizado
Acionistas					
Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. - INVEPAR	33,34%	120.569.852	94.415	120.569.852	94.415
CCR S.A.	66,66%	241.067.374	188.776	241.067.374	188.776
Total		361.637.226	283.191	361.637.226	283.191

b) Resultado por ação – básico e diluído

A Companhia não possui instrumentos que, potencialmente, poderiam diluir os resultados por ação.

	2018	2017
Numerador		
Prejuízo líquido	(20.632)	(52.167)
Denominador		
Média ponderada de ações (em milhares)	361.637	361.637
Prejuízo por ação - básico e diluído	(0,0571)	(0,1443)

17. Receitas

	2018	2017
Receitas de pedágio	136.568	103.730
Receitas de construção (ICPC 01 / R1)	1.357	23.954
Receitas acessórias	55	49
Receita bruta	137.980	127.733
Impostos sobre receitas	(11.887)	(9.000)
Devoluções e abatimentos	(178)	(187)
Deduções das receitas brutas	(12.065)	(9.187)
Receita líquida	125.915	118.546

CONCESSIONÁRIA VIARIO S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O
EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

18. Resultado financeiro

	2018	2017
Despesas financeiras		
Juros sobre debêntures e financiamentos	(63.741)	(105.162)
Juros e variações monetárias com partes relacionadas	(22.044)	(44.518)
Ajuste a valor presente da provisão de manutenção	(212)	(38)
Capitalização de custo dos empréstimos	375	1.790
Outras despesas financeiras	(603)	(635)
	<u>(86.225)</u>	<u>(148.563)</u>
Receitas financeiras		
Juros e Variações Monetárias com partes relacionadas	-	46.520
Rendimento sobre aplicações financeiras	1.930	358
Variações Cambiais s/Fornecedores estrangeiros	-	3
Juros e outras receitas financeiras	36	354
	<u>1.966</u>	<u>47.235</u>
Resultado financeiro líquido	<u>(84.259)</u>	<u>(101.328)</u>

19. Instrumentos financeiros

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança.

Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela administração da Companhia.

Para apoio ao Conselho de Administração da Companhia, nas questões financeiras estratégicas, a controladora em conjunto CCR possui um Comitê Financeiro, formado por conselheiros indicados pelos acionistas controladores e conselheiros independentes, que analisa as questões que dizem respeito à política e estrutura financeira da Companhia, acompanha e informa o Conselho de Administração sobre questões financeiras chave, tais como empréstimos/refinanciamentos de dívidas de longo prazo, análise de risco, exposições ao câmbio, aval em operações, nível de alavancagem, política de dividendos, emissão de ações, emissão de títulos de dívida e investimentos.

A Companhia não possui e não operou com instrumentos financeiros derivativos durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2018 e 2017.

CONCESSIONÁRIA VIARIO S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O
EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Todas as operações com instrumentos financeiros estão classificadas e reconhecidas nas demonstrações financeiras da Companhia, conforme o quadro a seguir:

	2018			2017		
	Valor justo através do resultado	Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado	Passivo financeiro mensurado ao custo amortizado	Valor justo através do resultado	Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado	Passivo financeiro mensurado ao custo amortizado
Ativos						
Caixa e bancos	1.433	-	-	1.595	-	-
Aplicações financeiras	59.690	-	-	7.841	-	-
Aplicações financeiras vinculadas - conta reserva	13	-	-	-	-	-
Contas a receber	-	5.108	-	-	4.637	-
Passivos						
Debêntures (a)	-	-	(628.327)	-	-	(471.182)
Financiamentos (a)	-	-	-	-	-	(207.739)
Fornecedores e outras contas a pagar	-	-	(2.771)	-	-	(2.526)
Mútuos - partes relacionadas	-	-	(265.239)	-	-	(161.760)
Contas a pagar - partes relacionadas	-	-	(361)	-	-	(108)
Total	61.136	5.108	(896.698)	9.436	4.637	(843.315)

(a) Valores líquidos dos custos de transação.

Os seguintes métodos e premissas foram adotados na determinação do valor justo:

- **Caixa e bancos, aplicações financeiras e aplicações financeiras vinculadas - conta reserva** - Os saldos em caixa e bancos têm seus valores justos idênticos aos saldos contábeis. As aplicações financeiras em fundos de investimentos estão valorizadas pelo valor da cota do fundo na data das demonstrações financeiras, que corresponde ao seu valor justo. As aplicações financeiras em CDB (Certificado de Depósito Bancário) e instrumentos similares possuem liquidez diária com recompra na “curva do papel” e, portanto, a Companhia entende que seu valor justo corresponde ao seu valor contábil.
- **Contas a receber, fornecedores e outras contas a pagar, e contas a pagar - partes relacionadas** – Os valores justos são próximos dos saldos contábeis, dado o curto prazo para liquidação das operações.
- **Mútuos - partes relacionadas** - Consideram-se os valores contábeis desses instrumentos financeiros equivalentes aos valores justos, por se tratarem de instrumentos financeiros com características exclusivas, oriundos de fontes de financiamento específicas.
- **Financiamentos e debêntures mensurados ao custo amortizado** – Caso fosse adotado o critério de reconhecer esses passivos pelos seus valores justos, os saldos apurados seriam os seguintes:

	2018		2017	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Financiamentos (a) (b)	-	-	208.444	208.496
Debêntures (a) (b)	642.693	726.093	472.389	475.273

a) Valores contábeis estão brutos dos custos de transação.

b) Os valores justos estão qualificados no nível 2, conforme definição detalhada no item “Hierarquia de Valor Justo”, a seguir.

CONCESSIONÁRIA VIARIO S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O
EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Os valores justos foram calculados projetando-se os fluxos de caixa até o vencimento das operações com base em taxas futuras obtidas através de fontes públicas (ex.: B3 e Bloomberg), acrescidas dos *spreads* contratuais e trazidos a valor presente pela taxa livre de risco (pré-DI).

Hierarquia de valor justo

A Companhia possui os saldos de instrumentos financeiros avaliados pelo valor justo, os quais estão qualificados a seguir:

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Nível 2:		
Aplicações financeiras e conta reserva	59.703	7.841

Os diferentes níveis foram definidos a seguir:

- Nível 1: preços negociados (sem ajustes) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;
- Nível 2: *inputs*, diferente dos preços negociados em mercados ativos incluídos no nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e
- Nível 3: premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

Análise de sensibilidade

As análises de sensibilidade são estabelecidas com base em premissas e pressupostos em relação a eventos futuros. A Administração da Companhia revisa regularmente essas estimativas e premissas utilizadas nos cálculos. No entanto, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade inerente ao processo utilizado na preparação das análises.

Análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros

Abaixo está demonstrado o valor resultante dos juros sobre o contrato de debêntures com taxas pós-fixadas, no horizonte de 12 meses, ou seja, até 31 de dezembro de 2019 ou até o vencimento final de cada operação, o que ocorrer primeiro.

Operação	Risco	Vencimentos até	Exposição em R\$ ^{(4) (5)}	Efeito em R\$ no resultado		
				Cenário provável	Cenário A 25%	Cenário B 50%
Debêntures - 7ª Emissão	CDI ⁽²⁾	Fevereiro de 2028	642.693	(60.963)	(76.204)	(91.445)
Aplicação financeira (Itaú Soberano) ^{(3) (6)}	CDI ⁽²⁾		36.251	2.273	2.840	3.408
Aplicação financeira (Santander Soberano) ^{(3) (6)}	CDI ⁽²⁾		23.439	1.451	1.813	2.176
Total do efeito de ganho ou (perda)				<u>(57.239)</u>	<u>(71.550)</u>	<u>(85.861)</u>

As taxas de juros consideradas foram⁽¹⁾:

CDI ⁽²⁾	6,40%	8,00%	9,60%
--------------------	-------	-------	-------

(1) As taxas apresentadas acima serviram como base para o cálculo. As mesmas foram utilizadas nos 12 meses do cálculo:

CONCESSIONÁRIA VIARIO S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O
EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

No item (2) abaixo, está detalhada a premissa para obtenção das taxas do cenário provável:

- (2) Refere-se a taxa de 31/12/2018, divulgada pela B3;
- (3) Saldo Líquido. O conceito aplicado para as aplicações financeiras é o mesmo para o endividamento líquido, ou seja, se o CDI subir, o endividamento piora enquanto para as aplicações financeiras, há um aumento da receita financeira;
- (4) Os valores de exposição não contemplam ajustes a valor justo, não estão deduzidos dos custos de transação e também não consideram os saldos de juros em 31/12/2018, quando estes não interferem nos cálculos dos efeitos posteriores;
- (5) Os cenários de estresse contemplam uma depreciação dos fatores de risco (CDI); e
- (6) Como o conceito é de dívida líquida, o cenário para se mensurar o impacto no caixa sobre as aplicações financeiras é o mesmo para o endividamento, ou seja, de aumento de taxas de juros. Neste cenário, as aplicações financeiras se beneficiam, pois são pós-fixada.

20. Demonstração do fluxo de caixa

a. A Companhia classifica os juros pagos como atividade de financiamento, por entender que tal classificação melhor representa os fluxos de obtenção de recursos.

b. **Reconciliação das atividades de financiamento**

	<u>Financiamento</u>	<u>Debêntures</u>	<u>Mútuos com partes relacionadas</u>	<u>Aplicações financeiras - conta reserva</u>	<u>Total</u>
Saldo Inicial	(207.739)	(471.182)	(161.760)	-	(840.681)
Variações dos fluxos de caixa de financiamento					
Captações (líquidas dos custos de transação)	-	(603.641)	(84.590)	-	(688.231)
Pagamentos de principal e juros	211.994	505.982	-	-	717.976
Aplicações (conta reserva)	-	-	-	13	13
Total das variações nos fluxos de caixa de financiamento	211.994	(97.659)	(84.590)	13	29.758
Outras variações					
Despesas com juros, variação monetária e cambial	(4.255)	(59.486)	(22.044)	-	(85.785)
Outras variações	-	-	3.155	-	3.155
Total das outras variações	(4.255)	(59.486)	(18.889)	-	(82.630)
Saldo Final	<u>-</u>	<u>(628.327)</u>	<u>(265.239)</u>	<u>13</u>	<u>(893.553)</u>

CONCESSIONÁRIA VIARIO S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O
EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Composição do Conselho de Administração

Ricardo Antônio Mello Castanheira	Presidente do Conselho
João Daniel Marques da Silva	Conselheiro
Sami Farah Junior	Conselheiro
Guilherme Motta Gomes	Conselheiro
Tulio Toledo Abi-Saber	Conselheiro
Pedro Augusto Cardoso da Silva	Conselheiro

Composição da Diretoria

João Daniel Marques da Silva	Diretor Presidente
Flávio da Costa Vaz	Diretor Administrativo e Financeiro

Composição do Conselho Fiscal

Paulo Yukio Fukuzaki	Presidente do Conselho
Érika Natsumi Matsumoto	Conselheiro
Leandro Ferreira Gonçalves	Conselheiro

Contador

Hélio Aurélio da Silva
CRC/SP 1SP129452/O-3 S/RJ